RICARDO ROBLES: "Precisamos de uma Câmara amiga das pessoas e não dos especuladores"

Ricardo Robles, 39 anos, engenheiro civil, atual líder da bancada parlamentar do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Lisboa é o candidato do Bloco de Esquerda à presidência da Câmara Municipal de Lisboa.

Quais são as prioridades da candidatura do Bloco?

Queremos democratizar Lisboa. A cidade tem que ser partilhada com todos. O executivo municipal do PS tem levado o concelho a rumo errado, que urge corrigir, principalmente em áreas vitais como a habitação, o urbanismo, a precariedade laboral, os transportes públicos e as desigualdades sociais. Essas são as prioridades e é aqui que o Bloco na vereação vai fazer a diferença.

Falavas da desigualdade social, como é que olhas para o fenómeno da pobreza na cidade de Lisboa?

A nível municipal, muito pouco foi feito. Não é por acaso que o último relatório da Rede Social de Lisboa identifica a pobreza como um dos problemas fundamentais a ser resolvidos. Por exemplo, as organizações que trabalham com sem-abrigo dizem-nos que nos últimos meses houve um acréscimo de 10% desta população. Propusemos a criação de um gabinete de resposta à crise, que a maioria PS ignorou. Há um fundo de emergência social da autarquia, mas é insuficiente - são 2 milhões de euros, menos que a isenção de taxas do Rock in Rio - e só metade foi realmente aplicado. É inaceitável.

A habitação é uma preocupação crescente de quem vive ou quer viver em Lisboa. O Bloco vai apresentar propostas concretas nesta área?

Lisboa perdeu centenas de milhares de habitantes nas últimas décadas. Fernando Medina, ao apostar numa política de reabilitação urbana orientada para os investidores e para o turismo, agravou essa tendência. Uma cidade como Lisboa não se pode reduzir a uma montra para turistas que expulsa os habitantes. Não é possível repovoar o centro de Lisboa quando a esmagadora maioria das intervenções de reabilitação urbana é para hotéis de luxo ou premeia a especulação imobiliária, o que agrava o valor das rendas. Há muitos anos que apresentamos uma proposta que faria toda a diferença: uma quota de 25% de fogos com rendas a custos controlados em todos os edifícios reabilitados e novas construções.

É preciso sublinhar também que a Câmara Municipal de Lisboa é o principal senhorio da cidade, o que lhe permite intervir diretamente no mercado de habitação. Fernando Medina tem atuado precisamente no sentido oposto.

O meu ponto é este: a Câmara Municipal de Lisboa tem mecanismos e ferramentas suficientes para criar milhares de rendas acessíveis a todos e promover a redução da renda média praticada no setor privado. Mas, para isso, precisamos de uma Câmara Municipal de Lisboa amiga das pessoas e não dos especuladores. É a diferença que queremos fazer com esta candidatura.

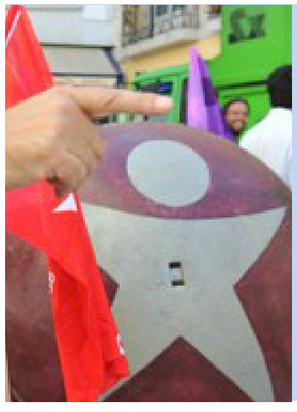
A precariedade continua a ser um problema no município?

O combate à precariedade é uma bandeira nossa de sempre. É um dos temas em que o Bloco mais insiste e que mais nos distancia do executivo de Fernando Medina. Veja-se só que, durante este mandato, o município recorreu a formas de escravatura moderna, como é o caso dos Contratos de Emprego Inserção (CEI). Isso é inaceitável. Estes trabalhadores desempregados foram recrutados à força, sob ameaça de perderem o subsídio de emprego, trabalharam por 83 euros mensais, assumindo as mesmas funções que os outros trabalhadores, com horário e hierarquia definidos.

Connosco o município de Lisboa será uma zona de precariedade zero. Não só a Câmara Municipal de Lisboa tem que deixar de recorrer a qualquer forma de trabalho precário - nas suas várias dimensões - como tem de impedir que nos seus equipamentos e serviços possa existir trabalho precário. Para além do que hoje já é exigido, quem trabalhar com a autarquia terá que passar a dar garantias de que não recorre a trabalho precário. Também é dando o exemplo que se promove a mudança.

Por último, o que é um bom resultado eleitoral para o Bloco?

Para pôr esta alternativa em prática, o Bloco precisa de aumentar a sua representação nas freguesias e na Assembleia Municipal. Mas é na vereação que a presença do Bloco pode desequilibrar a relação de forças no executivo a favor dos lisboetas em vez dos especuladores. Vamos lutar por isso.



ADERE AO BLOCO
Também podes fazê-lo em Bloco.org

O Bloco de Esquerda tem um percurso de causas e combates. Um percurso que faz toda a diferença contra os interesses mais fortes na sociedade portuguesa. Uma esquerda combativa precisa de mais força e mais vozes. No Bloco falta uma, a tua!

[quero saber mais ☐
[quero aderir ☐

Preenche, recorta e envia para: Bloco de Esquerda, R. da Palma 268, 1100-394 Lisboa

[nome
[morada
[cod. postal —
[email
[telefone [telemóvel [idade

Os dados enviados destinam-se apenas para utilização do Bloco de Esquerda. Tens o direito de aceder a essa informação para retificar ou cancelar os mesmos.

Bloco

ESPECIAL PRECARIEDADE | www.esquerda.net

PRECARIEDADE NO ESTADO
Ninguém pode ficar para trás

O levantamento do número de trabalhadores da administração pública com vínculo precário veio provar uma realidade bem conhecida: o mesmo Estado que deve zelar pelo cumprimento das leis laborais é, enquanto empregador, um dos principais transgressores dessas leis.

O relatório identifica cerca de 116 mil trabalhadores com vínculo precário na administração central e local e nas empresas do Estado ou municipalizadas, mas deixa de fora as administrações regionais da Madeira e Açores e muitos milhares de pessoas que trabalham em instituições públicas a preencher necessidades permanentes nos serviços, mas que são contratadas através de empresas externas – o chamado falso outsourcing. Nestas situações, a empresa fica com parte do salário do trabalhador e o Estado ainda lhe paga por isso. Ou seja, perdem os trabalhadores e os contribuintes.

A saúde é uma das áreas públicas afetadas pela subcontratação

O Bloco sempre exigiu a regularização da situação destes contratos precários

O Estado deve ser o primeiro a cumprir a lei. Por pressão do Bloco, o governo aceitou iniciar um processo de avaliação em cada ministério, analisando caso a caso as situações de precariedade existentes, com a participação de representantes de trabalhadores. Sabemos que a integração dos precários no Estado depende da mobilização da sociedade e em particular destes trabalhadores, porque neste processo ninguém pode ficar para trás.

Entrevista a Ricardo Robles, candidato à Câmara Municipal de Lisboa: "Precisamos de uma Câmara amiga das pessoas e não dos especuladores." p. 4

Tirar a troika das relações laborais p. 2

Tirar a troika da legislação laboral

Bloco quer retirar do Código do Trabalho as normas impostas durante o período da troika pelo Governo PSD/CDS para devolver os rendimentos subtraídos a quem vive do seu trabalho e combater a precariedade laboral.

Durante os anos da intervenção da troika em Portugal o corte nos rendimentos do trabalho aconteceu de várias formas: aumento de impostos, alteração dos escalões do IRS, introdução da sobretaxa; cortes nos apoios sociais, congelamento das pensões e alteração das regras do subsídio de desemprego; cortes salariais diretos, congelamento de carreiras e alterações à legislação laboral. Acabar com a herança do troika nesta área é um passo fundamental para recuperar os rendimentos dos trabalhadores e melhorar as condições de vida no nosso país.

O ataque da direita aos salários

PSD E CDS AUMENTARAM O TEMPO DE TRABALHO NÃO PAGO

ANTES DA TROIKA	DURANTE A TROIKA
12 feriados	8 feriados
25 % de cada dia de trabalho suplementar em descanso compensatório	ELIMINADO

Reduziram salários diminuindo a remuneração do trabalho suplementar

Exemplo para um trabalhador do quadro com:
- **inicio de carreira aos 22 anos**
- **salário base 962,4 euros**
- **14 salários/ano**
- **315 horas extra/ano**

ANTES DA TROIKA	HOJE
SALÁRIO BASE	SALÁRIO BASE
962,4 €	962,4 €
TRABALHO SUPLEMENTAR	TRABALHO SUPLEMENTAR
8,33 € PRIMEIRA HORA 9,72 € PRIMEIRA HORA	6,94 € PRIMEIRA HORA 7,63 € PRIMEIRA HORA
SALÁRIO ANUAL	SALÁRIO ANUAL
16 411 € / ANO	15 945 € / ANO

ANTES DA TROIKA	HOJE
COMPENSAÇÃO POR TRABALHO SUPLEMENTAR	COMPENSAÇÃO POR TRABALHO SUPLEMENTAR
315 horas trabalho suplementar/ ano = 78,85 horas = 10 dias descanso	315 horas trabalho suplementar/ ano = 0 horas descanso compensatório
FÉRIAS	FÉRIAS
25 dias de férias	22 dias de férias
FERIADOS	FERIADOS
12 feriados	12 feriados

AO TODO, OS TRABALHADORES PERDERAM 2.3 MIL MILHÕES DE EUROS

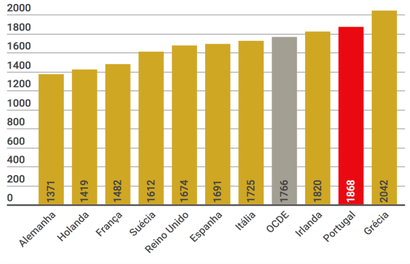
Portugal é o 10º país da OCDE onde se trabalha mais horas

As estatísticas da OCDE voltam a evidenciar o divórcio entre os números da produtividade e do tempo de trabalho realmente realizado.

A OCDE publicou os dados sobre o número médio de horas anuais de trabalho por trabalhador em cada país em 2015 e Portugal passa a fazer parte dos dez países onde se trabalha mais horas, apenas ultrapassado na União Europeia pela Grécia, Polónia e Letónia. Como nos anos anteriores, os últimos lugares na lista da OCDE pertencem à Alemanha e Holanda.

No conjunto dos países da OCDE, o México, a Costa Rica e a Coreia do Sul ocupam os três primeiros lugares, acompanhando a Grécia no lote de países membros onde se trabalha em média mais de 2000 horas por ano.

MÉDIA ANUAL DE HORAS POR TRABALHADOR, 2015



1868 horas é a média anual de horas de cada trabalhador português, ou seja, mais 102 horas do que a média da OCDE.

Bloco quer paridade total no Estado

O Bloco de Esquerda apresentou uma proposta na Assembleia da República para garantir a participação igualitária de homens e mulheres em todos os órgãos de tomada de decisão e liderança do Estado, das fundações e empresas públicas.

Ter uma morte digna é um direito

O direito a uma morte digna é um direito fundamental, uma liberdade que deve ser deixada à consciência de cada um e de cada uma que tenha o pleno uso das suas faculdades. Quem tenha uma lesão definitiva ou doença incurável e fatal que lhe cause sofrimento duradouro e insuportável deve poder optar e escolher por termo ao seu sofrimento. É por isso, que em nome da defesa da dignidade das pessoas, o Bloco de Esquerda defende a sua regulamentação.

Justiça para quem trabalha

1. **Reversão do embaratecimento dos despedimentos,** que promove a precariedade e o desemprego

2. **Repor os dias de trabalho não pagos** que foram impostos aos trabalhadores, recuperando os 25 dias de férias e repondo o direito ao descanso compensatório por trabalho suplementar;

3. **Fim da norma** que permite que o trabalhador precário possa assinar contratos que isentem o patrão de pagar compensações.

4. **Remunerar de forma justa o trabalho extraordinário** e desincentivar o abuso das horas extra e o prolongamento de horários.

5. **Relançamento da contratação coletiva,** com reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador e fim da caducidade das convenções coletivas.

6. **Repor os valores anteriores a 2012 de majoração** por cada hora de trabalho suplementar: 50% na primeira hora e 75% nas seguintes; o trabalho aos feriados deve voltar a ter uma majoração de 100%.

7. **Revogar o corte de 10%** no subsídio de desemprego após 6 meses de atribuição

8. **Reversão da facilitação e da flexibilização dos despedimentos** introduzida na legislação laboral

Reduzir direitos faz crescer o emprego?

Segundo dados oficiais do INE, cerca de meio milhão de trabalhadores cumprem horas extraordinárias, numa média de 315 horas por ano. Isso significa que, anualmente, se contabilizam quase 135 milhões de horas de trabalho suplementar.

Se todo o trabalho suplementar fosse transformado em postos de trabalho, isso corresponderia a perto de 65 mil postos de trabalho. Ou seja, estas alterações à legislação laboral são contrárias à criação de emprego.